

ENTREVISTA* COM O PROFESSOR MARCELO LOPES DE SOUZA, REALIZADA EM 02/08/02 (SALA DE REUNIÕES DO PPGG/FCT/UNESP/PRESIDENTE PRUDENTE)**

*Questões Formuladas por: Ângela Maria Endlich,
Cláudia Cristina Montessoro e Sílvia Regina Pereira****

Entrevistadora: **Sílvia Regina Pereira**

Sílvia Regina Pereira: Professor Marcelo, fale, por favor, sobre sua formação acadêmica, sobre os autores que o influenciaram, sobre as suas publicações mais relevantes e os temas mais abordados...

Marcelo Lopes de Souza: Eu entrei para o curso de Geografia da UFRJ em 1982, exatamente há 20 anos. Me formei em 1985 e, logo em seguida, em 1986, comecei simultaneamente o Mestrado em Geografia, também, na UFRJ, e um curso de especialização em Sociologia Urbana (não sei se esse curso ainda existe). [O curso de Sociologia Urbana era] razoável na época e funcionava na Universidade do Estado do Rio Janeiro (UERJ). Esse curso eu terminei em 1987 (era um curso de especialização de um ano e meio) e, em 1988, eu defendi minha dissertação de Mestrado. A minha dissertação de Mestrado teve o título "O que pode o ativismo de bairro? Uma reflexão sobre as potencialidades e limitações do ativismo de bairro a partir de uma perspectiva autonomista". Foi, como o título sugere, uma análise das limitações e das potencialidades dos movimentos sociais urbanos; não

* Entrevista realizada na ocasião em que o Professor Doutor Marcelo Lopes de Souza ministrou o Seminário de Doutorado denominado "O planejamento e a gestão das cidades", no Campus da Unesp de Presidente Prudente-SP.

** Professor do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro e pesquisador do CNPq. Desenvolve pesquisas sobre desenvolvimento sócio-espacial, com ênfase sobre os problemas urbanos e as possibilidades de sua superação. É coordenador do NuPeD (Núcleo de Pesquisas sobre Desenvolvimento Sócio-Espacial), vinculado ao Departamento de Geografia da UFRJ. E-mail: nuped001@marlin.com.br

*** Aluna do Doutorado do Programa de Pós-Graduação da FCT/UNESP de Presidente Prudente-SP.

foi um estudo de caso, mas sim uma reflexão teórica. Mas, como na época inclusive eu também era um ativista, muitas das coisas que eu observava no Rio de Janeiro serviram como uma espécie de laboratório para esse trabalho. No momento em que eu defendi a dissertação (1988) o ativismo de bairro já estava entrando em crise, ou já estava em crise. Lembro-me de que na época um ou outro me perguntou, nas entrelinhas, sobre a razão de se ocupar do assunto em um momento em que, por conta da crise dos movimentos, eles já estavam “saindo de moda” como tema acadêmico. Na verdade, essa é uma das razões pelas quais os modismos acadêmicos, uma certa “volubilidade acadêmica” tanto me irrita, pois é justamente no momento de sua crise que os movimentos deveriam receber uma atenção especial! Essa “volubilidade” não deixa de ser um sintoma da falta de compromisso, da falta de engajamento orgânico de grande parte dos cientistas sociais, os quais, menos ou mais, “vampirizam” seus objetos. E, no caso da Geografia, ainda com um agravante, na esteira de sua tradicional negligência para com uma análise aprofundada dos *protagonistas*, dos *atores*, dos *agentes* da produção do espaço.

Mas, voltando ao assunto da minha formação: meu Doutorado foi na Alemanha (Universidade de Tübingen), e lá, quando você se doutora, você, freqüentemente, não se doutora em uma área só, mas em duas. Há uma área chamada “área principal” (*Hauptfach*), que foi a Geografia no meu caso, e uma “área secundária” (*Nebenfach*), que, no meu caso, foi a Ciência Política. Em 1993, quatro anos depois de chegar na Alemanha, então, eu retornei ao Brasil. No ano seguinte, por concurso, me tornei professor da UFRJ. Eis a minha titulação. Ah, bem, há ainda o “pós-doutorado”, que na realidade não é nenhum título, mas que a gente, aqui no Brasil, costuma tratar quase como se fosse, embora não punha de uma estadia acadêmica de alto nível. Em 1999 eu fui para a Inglaterra, onde passei um pouco mais de meio ano, me ocupando, unicamente, de teoria e técnicas de planejamento urbano.

Bom, minha formação acadêmica “oficial” é essa.. Mas, muitas vezes, as coisas mais importantes são aquelas não-formais. Minha base em Economia, assim como boa parte da minha base em Sociologia, sem contar a Filosofia (que, para mim, é um *hobby* e, ao mesmo tempo, algo importantíssimo para o meu trabalho), isso foi conquistado na base do autodidatismo, ou assistindo a cursos como ouvinte. Além disso, eu devo várias coisas a algumas pessoas que me influenciaram de várias maneiras. Meu interesse pela Geografia, ele se manifestou já relativamente cedo, quando eu estava no primeiro ano do ensino médio. Quer dizer, eu já mais ou menos, naquele momento, tinha decidido que eu queria estudar Geografia. Mas, o engraçado é que naquele momento meu interesse, o que mais havia despertado meu interesse pela Geografia, foi a Geopolítica, talvez devido à minha empolgação, desde a adolescência, por história militar e política internacional. E, em seguida, segundo ano, ou no terceiro ano do ensino médio, foi a Geografia Agrária que me cativou. E eu, antes mesmo de entrar para a Universidade, ia muito à biblioteca do IBGE, lá no Rio de Janeiro. Ficava no centro da cidade, e eu, lá, travei contato com uma coletânea de textos do geógrafo alemão Leo Waibel, e também com outros autores que lidavam com a Geografia Agrária, autores clássicos, como Pierre George e Daniel Faucher, e cheguei ao nome de Orlando Valverde, ao trabalho dele cujo segundo volume não chegou a ser publicado- Geografia Agrária do Brasil -, e eu me atrevi a escrever uma carta para ele. Ainda estava no último ano do ensino médio, e ele foi tão simpático, ele me respondeu aquela carta, mandou um livrinho e mais alguns textos, e eu fiquei mais atrevido: resolvi telefonar para ele. Descobri o telefone e liguei. A gente já bateu um papo, ele sem me conhecer, sei lá... de uma meia hora, no telefone. Ele me convidou a visitá-lo em casa, e esse foi o começo de uma amizade que já dura mais de vinte anos. Antes mesmo de eu entrar para a Universidade eu já tinha, portanto, começado a frequentar a casa dele, e posso, assim, dizer que ele foi a primeira pessoa que me influenciou diretamente, “ao vivo e a cores”; inicialmente sob o ângulo propriamente científico, mas, também, no sentido ético, e reforçou a minha paixão pela Geografia. Politicamente, eu acho até que num sentido, digamos assim, olhando com um certo

grau de detalhe, existiram e existem várias discordâncias, e nossa maneira de fazer ciência é, também, muito diferente, até por uma óbvia diferença de geração; mas isso nunca dificultou a nossa amizade e nunca dificultou a minha enorme admiração pela figura humana que ele é. Quando eu estava no final do primeiro ano da universidade, eu já, como o Orlando gosta de dizer, eu me “bandeei” para a Geografia Urbana. Então, no sentido também profissional, eu me afastei por conta disso dele. Mas eu continuo a frequentar a casa dele, somos muito amigos. Enfim, ele foi - eu diria assim - uma influência moral, uma grande influência sobre mim, no que se refere a uma ética da prática do cientista, enquanto um cientista engajado. A paixão do Orlando pelo Brasil, aquilo que move o Valverde, a paixão por tentar melhorar esse país foi uma coisa que me tocou muito e de imediato - isso, junto com a influência paterna, pois meu pai havia tido uma certa formação de esquerda. Tudo isso me influenciou. Uma outra influência, que eu acho que eu já disse isso para ele pessoalmente, foi a do meu amigo Carlos Walter Porto Gonçalves. Eu nunca fui aluno do Carlos Walter, na verdade eu assisti na época da minha graduação talvez a umas duas ou três palestras dele. Mas, houve oportunidade até, em algum momento, de frequentar a casa do Carlos, o que aconteceu uma ou duas vezes. Por intermédio dele eu tive contato com alguns trabalhos, não raro com não-geógrafos, que se mostraram muito importantes para mim: o João Bernardo, que é um teórico português pouco conhecido, mas extremamente interessante, e outros autores, que eu já até tinha conhecido antes, mas que o contato com o Carlos estimulou mais ainda a dar atenção. Na UFRJ, alguns professores me marcaram, por sua seriedade e competência; foi o caso de Maurício Abreu, já na graduação, e de Roberto Lobato Corrêa, que só vim a conhecer no Mestrado. Foi uma sorte indescritível ter podido ser aluno deles dois (e de Maurício fui, também, orientando de Mestrado), referências solidíssimas do ponto de vista profissional e ético. Entre os não-geógrafos, eu poderia elencar um sem-número de autores... Bem, só para destacar alguns, aquele que certamente me marcou mais, do ponto-de-vista político-filosófico, foi Cornelius Castoriadis. Eu já vinha lendo, desde a adolescência, muita coisa de Filosofia, e, a partir do momento em que

entrei na universidade, “mergulhei”, por assim dizer, no marxismo; entre 1982 e 1984 li uma quantidade enorme de clássicos do pensamento marxista, além de autores mais contemporâneos. Mas havia uma certa insatisfação da minha parte com relação a certos problemas do marxismo, e os autores mais “heterodoxos”, embora pudessem trazer contribuições importantíssimas, não preenchiam, aos meus olhos, as lacunas fundamentais, como a questão do produtivismo, do historicismo, da dimensão autoritária do marxismo militante... E, muitas vezes, eu me perguntava se certos autores, de tão heterodoxos, ainda poderiam, de fato, ser considerados marxistas (no fundo, uma das poucas coisas que unia um Althusser a um Lefebvre, um Garaudy a um Thompson, era a tradição de citar Marx...). E, por outro lado, os não-marxistas críticos, como um Guattari, um Foucault, um Sartre, não ofereciam, a meu ver, uma alternativa suficientemente ampla e/ou profunda, que superasse, pela esquerda e convincentemente, os dilemas do marxismo. Nesse sentido, a obra de Castoriadis foi, para mim, um achado. Ela forneceu, a partir de meados dos anos 80, a base político-filosófica e ética para o meu trabalho científico.

Eu devo dizer, também, que entrei para a universidade num momento muito rico. A UFRJ estava passando por um momento muito interessante. Quando eu entrei, em 1982, Milton Santos ainda era professor nosso lá. Ele foi embora no ano seguinte, em 1983. Eu acabei sendo aluno dele só na Pós-Graduação, quando eu estava no Mestrado num curso que ele deu, quando já era professor da USP. Mas, enfim, era um momento muito fértil, foi um momento muito fértil, por que era o momento realmente de consolidação da Geografia Crítica aqui no Brasil. Havia acontecido, em 1978, o famoso divisor de águas, que foi o encontro de Fortaleza. E, em 1980, aconteceu um Congresso Nacional de Geógrafos na PUC do Rio de Janeiro. Eu não participei, não estava nem na universidade, ainda; mas, pelos anais desse congresso, você vê que vários trabalhos importantes e interessantes foram apresentados. Você vê como a renovação da Geografia no Brasil estava acontecendo rapidamente. Trabalhos, por exemplo, sobre Michael Foucault e a

Geografia, trabalhos, enfim, extremamente diversificados e interessantes. Desse encontro participaram, por exemplo, profissionais de Sociologia Urbana e outras áreas, que estavam se aproximando da Geografia e que viam a Geografia daquele momento como um espaço extremamente rico. Por exemplo, na nossa Pós-Graduação, foi professora colaboradora durante vários anos Ana Clara Torres Ribeiro, do IPPUR. Eu não cheguei a ser aluno dela na Pós-graduação, formalmente, porque ainda estava no último ano da graduação, quando eu frequentei, como ouvinte, um curso dela dado na nossa Pós. E devo acrescentar, por fim, que eu tive a oportunidade de conhecer pessoalmente ou assistir palestras de alguns geógrafos internacionalmente conhecidos, trazidos ao nosso departamento por Bertha Becker. Ela levou vários geógrafos importantes para darem palestras lá para a gente, pessoas como Edward Soja - talvez o mais importante tenha sido o Soja -, e vários outros autores interessantes: John Friedmann, Miguel Morales (um geógrafo costarricense), e vários outros. Foi uma época muito rica e estimulante para um aluno de graduação como eu, que pude travar contato, no momento da introdução de certas idéias, com os autores, "ao vivo e a cores".

Silvia Regina Pereira: E com relação às suas publicações mais relevantes e os temas que você geralmente vem abordando? Poderia falar um pouco sobre isso?

Marcelo Lopes de Souza: Sobre os meus interesses, eu diria o seguinte: a partir de 1983, 1984, eles já estavam bastante claros. Como eu disse para vocês, eu tive um interesse muito grande - foi uma paixão, não chegou, claro, a ser um casamento, eu acho que, também, não foi nem sequer um namoro firme, foi só um "rolo" - pela Geopolítica. De certa maneira, volta e meia a gente se encontra, ela nunca me deixou completamente e eu, também, nunca a deixei completamente. A Geografia Agrária - aí, digamos, foi uma coisa mais intensa, mais concentrada no tempo; foi eterna enquanto durou, porque já no final do primeiro ano da graduação, o que estava me interessando, na verdade, eram os espaços periurbanos. Eu já estava louco, ali, pra adentrar a

discussão da cidade, a discussão do urbano. Até porque, os autores mais significativos, do ponto de vista teórico, eram todos, ou quase todos, ligados à pesquisa urbana: Soja, Harvey, os teóricos mais interessantes, incluindo os não-geógrafos: Lefebvre, por exemplo. Então, para mim, ficou muito claro no começo da graduação, que esse era o ambiente mais fértil. Não que eu me desinteressasse completamente pelos problemas agrários; eu nunca me desinteressei pela discussão dos problemas do campo. Tanto é que, desde 1994, eu ofereço uma disciplina na UFRJ, a Geografia Humana do Brasil, onde tem toda uma parte sobre a discussão da questão agrária no Brasil e, depois, sobre reforma agrária. E eu faço questão de dar essa disciplina, porque me obriga a estar sempre em atualizando, lendo sobre problemas brasileiros e assuntos importante não diretamente ligados à questão urbana, que é onde sempre concentrei as minhas pesquisas e as minhas atenções. Levei meu amigo Bernardo [Mançano] duas vezes lá no nosso departamento, para falar para os meus alunos, no contexto dessa disciplina. Agora, a partir de 1983, então, estava muito claro que a minha vinculação era com a pesquisa urbana. Mas, ao mesmo tempo, eu sempre tive uma experiência muito forte com a reflexão teórica: sobre a produção do espaço e seus protagonistas, sobre qual é o papel do espaço, sobre as relações espaço/sociedade, sobre a importância da dimensão espacial; isso me acompanhou sempre, e as cidades têm sido os meus "laboratórios".

Em matéria de orientação de trabalho no sentido mais específico, eu durante quase toda a minha vida profissional me dediquei, principalmente, àquilo que se chama de pesquisa fundamental, ou seja, não eram as discussões em termos de aplicação que me mobilizavam; por exemplo, até fins dos anos 80 eu não estava me dedicando profundamente à reflexão sobre políticas públicas ou instrumentos de planejamento. Eu passei a dar mais importância a isso no começo da década de 90, quando eu estava fazendo meu Doutorado. Como, no fundo, eu sempre levei a sério a famosa última tese de Marx sobre Feuerbach ("Os filósofos têm, apenas, interpretado o mundo de diferentes maneiras, quando o que conta é transforma-lo"), eu sempre tive um

compromisso ético, político e até “psicológico” com a idéia de mudança social, acho que o meu fascínio com a questão do poder, por coerência, foi me levando, mais e mais, para “lavar as mãos em água suja”, como diria Nietzsche, me ocupando com a discussão sobre políticas públicas e mesmo com um tema meio amaldiçoado, que é o tema do planejamento e da gestão urbanos (que é visto, com frequência, ainda hoje, de uma forma reducionista e estupidamente preconceituosa e míope por uma parte um tanto infantil e livresca da esquerda acadêmica).

Com relação às minhas publicações, eu posso destacar para vocês alguns trabalhos, que foram marcos para mim mesmo, ao longo da minha vida, como se fossem divisores de água na minha trajetória profissional. Um artigo que eu publiquei na revista Terra Livre, em 1988, chamado “Espaciologia: uma objeção (Crítica aos prestigiamentos pseudo-críticos do espaço social)”, foi uma tentativa minha de refletir sobre a dimensão espacial, valorizando-a mas, ao mesmo tempo, evitando alguma coisa que me incomodava muito na época, e que era muito forte: uma valorização epistemológica do espaço social, apresentando-o como uma “quarta instância”, ao lado da economia, da política e da cultura (ou, para usar a terminologia marxista que os próprios autores usavam, ao lado da infra-estrutura econômica, da superestrutura jurídico-política e da superestrutura ideológica). Certos autores, como Milton Santos, falaram do espaço como uma “quarta instância”, outros falavam do espaço como um “sistema”, outros como uma “estrutura”, e eu acreditava que essas visões eram muito formalistas e analiticistas, pois, no afã de enfatizar que o espaço não é um produto social qualquer, uma vez que, devido à sua magnitude, às suas características e à sua complexidade, ele “envolve” e condiciona as relações sociais, alguns autores estavam quase que sugerindo que o espaço tinha uma “autonomia ontológica” (leis próprias) e uma “autonomia epistemológica”. A meu ver, isso era uma forma de, para justificar um campo como a Geografia, entrar de cabeça no jogo da divisão do trabalho acadêmico em vigor, positivista, que mutila e fragmenta a realidade social (economia, poder, cultura, tempo, espaço...), atribuindo a cada gavetinha disciplinar (Sociologia,

Economia, Ciência Política, Geografia, História, Antropologia) um membro ou uma parte desse corpo mutilado, esquartejado. Para mim, naquela época e também hoje, não é essa a melhor forma de valorizar o espaço social e lembrar aos outros cientistas sociais que o espaço não é algo menor, um fenômeno de poucas importâncias. Na verdade, passados tantos anos, decorridos tantos anos, continuo assinando embaixo desse artigo, tão incompreendido na época (embora algumas pessoas, como meus amigos Carlos Walter Porto Gonçalves e Rogério Haesbaert, tenham feito justiça ao texto), e que permanece pouco conhecido até hoje. Sei que esse trabalho, na época, despertou muita ira em muita gente, uma vez que um dos principais alvos de minha crítica era, justamente, Milton Santos, o qual, no que se refere ao papel do espaço, sempre teve uma posição, aos meus olhos, pouco aceitável: ele repetia, em grande parte, o que Henri Lefebvre já havia escrito, desde fins dos anos 60 e até seu grande livro *A produção do espaço* e depois, sobre a importância do espaço social (e que Soja, mais tarde, iria formalizar sob a expressão “dialética sócio-espacial”), só que sendo muito menos rico e flexível que Lefebvre (em fins dos anos 70 e começo dos anos 80, na verdade, Milton estava marcado por um formalismo estruturalista de sabor althusseriano, enquanto Lefebvre, um autor sempre mais citado que compreendido, já estava a anos-luz daí). As posições de Milton evoluíram, ao longo dos anos 80 e 90, e no final da vida ele já havia abandonado muito de seu formalismo anterior, embora nunca o abandonasse inteiramente. E, acima de tudo, não chegou a fazer uma autocrítica. Foi, enfim, aquele meu trabalho, um artigo que trouxe incompreensões na época, e eu soube que se tentou evitar que ele fosse publicado. Por outro lado, fico contente de ver que uma pessoa que eu respeito muito, o Carlos Walter, usa esse artigo nos seus seminários e aulas.

Outro trabalho que foi importante na minha trajetória foi a minha dissertação de Mestrado, defendida em 1988, sobre o ativismo de bairro e a sua espacialidade. A propósito, isso me lembra um episódio meio chato, que vou contar para vocês porque acho que tem algum valor histórico. Foi quando, na defesa da minha dissertação, um membro da

banca, que depois se tornou uma pessoa muito amiga minha e que eu respeito muito, disse que iria tecer considerações apenas sobre um determinado capítulo do trabalho, pois era o único capítulo “geográfico” (tratava-se do capítulo sobre o conceito de bairro e a dimensão política do bairro na cidade contemporânea). Embora essa pessoa tenha elogiado muito a dissertação, disse que iria restringir seus comentários a um determinado capítulo, eximindo-se de discorrer sobre os outros capítulos, onde eu discuto os movimentos sociais, porque, como geógrafo, ele não teria nada a dizer sobre o assunto, no que estava implícita uma crítica a mim por ter escrito uma dissertação “impura” do ponto de vista disciplinar. Eu lembro que fiquei estupefato e achei incrível isso, porque, na verdade, todo aquele trabalho foi feito com o objetivo de mostrar como a reflexão sobre os movimentos sociais se enriquece tremendamente quando você a “geografiza”; quer dizer, a reflexão sobre o bairro, sobre o espaço, como é fundamental para você refletir sobre a dinâmica dos movimentos sociais urbanos e como, por outro lado, sem você refletir sobre a dinâmica dos movimentos sociais urbanos a discussão sobre o bairro, fica, para mim, algo meio sem-graça, meio sem vida, despolitizado. Portanto, não refletir sobre os outros capítulos, para mim, significava uma incompreensão afrontosa da minha intenção. E, no fundo, esse episódio é digno de menção, ainda hoje, porque, desgraçadamente, é revelador, não do equívoco de uma pessoa, mas de toda uma tradição profissional de “sobreviver”, a grande altura, a realidade social, sem adentrá-la plenamente: “ciência dos lugares, não dos homens”... Isso cria uma verdadeira esquizofrenia: os geógrafos querem ser plenamente aceitos como cientistas sociais, e não mais como um “híbrido” eclético e incoerente, mas muitos ainda se recusam a entender que o que importa não é estudar “o espaço”, mas sim o *processo de produção social do espaço*, o que depreende levar muito a sério os protagonistas, os atores sociais, que são os agentes modeladores do espaço. Seja como for, e apesar disso tudo, tanto eu me mantive, de certa maneira, fiel às minhas raízes, que eu fiz, em seguida, o Doutorado também na Geografia, embora tenha tido relacionamentos paralelos e profundos, que prosseguem até hoje, com a Ciência Política, com a Sociologia (em especial com a

Sociologia Urbana, mas não só) e com a Economia, além da Filosofia. O que importa é que, cada vez mais, esse tipo de reação só fez reforçar em mim a percepção sobre a necessidade de se fazer uma crítica construtiva do papel do geógrafo, no sentido de que ele não pode se interessar apenas pelo espaço “em si”. O espaço é um produto da sociedade, ainda que seja um produto muito especial, e um produto que exerce, digamos assim, um efeito de condicionamento das relações sociais. Isso é uma coisa sobre a qual a gente não deve se cansar de insistir. Mas, ao mesmo tempo, ele é um produto histórico, é um produto social; e um produto, a rigor, visto enquanto tal, independentemente de seus produtores, é, de um ponto de vista crítico sobretudo, muito pouco interessante. A questão que parece se colocar, então, é a seguinte: “até onde devo ir? Até onde devo me interessar pelas relações sociais?” Para mim, no fundo, essa é uma pergunta tola, ou no mínimo ingênua. Ela não faz sentido. O que cumpre não é se autolimitar, intelectivamente, no que toca às relações sociais; o que cumpre, isso sim, é jamais secundarizar ou negligenciar o papel do espaço, coisa que muitos geógrafos de formação, infelizmente, vêm fazendo, e cada vez mais.

Outro trabalho que eu poderia destacar é a minha tese de Doutorado, publicada sob a forma de livro na Alemanha, e que ganhou um prêmio em 1994. Embora se trate de uma análise do agravamento da questão urbana no Brasil, tomando o Rio de Janeiro como referencial empírico, como “laboratório”, a discussão sobre políticas públicas e sobre estratégias de transformação já está bastante presente. Foi justamente na época do Doutorado que eu mergulhei de cabeça em dois blocos temáticos que, desde então, nunca mais iriam me abandonar, e que iriam definir a minha identidade profissional: as discussões teórico-conceituais sobre o “desenvolvimento”, no contexto mais geral das minhas preocupações com a *mudança social*, e a minha ocupação crescente com as questões teóricas, técnicas e políticas ligadas às políticas públicas e ao planejamento. Em 1993, ano em que defendi minha tese, eu publiquei um artigo na Polônia que antecipa algumas coisas que no meu último livro (*Mudar a cidade*), publico neste ano (2002), eu coloco; por exemplo,

a crítica àquilo que depois eu passei a chamar de “tecnocratismo de esquerda”, os descaminhos do planejamento urbano alternativo: essa superênfase no papel das leis e dos planos, a negligência com relação ao estudo da dinâmica da sociedade por parte de certos “planejadores progressistas” da década de 90 para cá. Esse artigo saiu em português na revista *Actas Latinoamericanas de Varsóvia*, que publica textos em português e espanhol. Esse texto foi uma reflexão, não lembro agora exatamente do título, mas é, mais ou menos, uma reflexão sobre as limitações e potencialidades de uma reforma urbana no nível local no Brasil atual; é uma análise bastante crítica daquela discussão eufórica sobre “planos diretores como instrumento de reforma urbana”. Era um momento, 1992, quando apresentei o texto em um congresso em Varsóvia, ainda de euforia com relação a isso, e aquele meu artigo do qual eu gosto muito, porque o essencial dele eu continuo assinando embaixo até hoje. Na verdade, o que se passou ao longo dos anos 90 só veio confirmar o que eu tinha colocado ali: os movimentos sociais foram caindo no esquecimento e boa parte do ambiente de discussão sobre a reforma urbana sofreu uma certa “tecnocratização” e, do ponto de vista político, uma acomodação crescente em face dos valores e instituições dominantes.

Bem, em matéria de publicações, várias outras coisas eu acho que foram relevantes. Eu acho que o livro *O Desafio Metropolitano*, de 2000, que ganhou o prêmio Jabuti da Câmara Brasileira do Livro em 2001, sintetiza os resultados de pesquisas e reflexões que, algumas delas, praticamente, remontam ao meu tempo de pós-graduação e quase que de graduação: a análise sobre os movimentos sociais urbanos e sua crise, que retomo nesse livro, já me acompanhava desde, pelo menos, o Mestrado, e a questão dos impactos, dos efeitos sócio-espaciais do tráfico de drogas de varejo eu havia abordado, inicialmente, na minha tese de Doutorado. Essa última é uma temática que eu comecei a trabalhar em 1994, mas, de certa maneira, isso já está bem presente na minha tese de Doutorado. Engraçado: algumas pessoas olhavam para essa minha opção de pesquisa, há alguns anos, como sendo um tema exótico, e eu procurava

convencer meus colegas de que você não vai entender uma série de coisas importantes da dinâmica urbana, em um número cada vez maior de cidades brasileiras, a começar por Rio e São Paulo, se você não der atenção à problemática do tráfico de drogas, por que isso está condicionando de várias maneiras a vida das pessoas, as políticas públicas, as ações e a margem de manobra de administrações públicas. É fundamental e urgente articular isso com uma reflexão sobre a dinâmica urbana e, obviamente, também sobre o planejamento e a gestão das cidades. Eu nunca me ocupei com a questão das drogas pelo tema em si, mas pelo que ele me ajuda a entender o que se passa nas nossas cidades, hoje e cada vez mais. *O Desafio Metropolitano* sintetiza os resultados dessa pesquisa, a qual vai desembocar na minha reflexão sobre a *fragmentação do tecido sócio-político espacial da cidade*, que está nesse livro e também está em vários outros trabalhos. No ano passado, no Simpósio de Geografia Urbana, em São Paulo, eu apresentei em uma mesa redonda, exatamente, uma análise sobre como é importante e fundamental a gente, quando vai falar de políticas públicas urbanas no Brasil atual, principalmente, por exemplo, em grandes cidades ou metrópoles como Rio e São Paulo, mas também muitas outras, a gente levar em conta esse fator, em função do impacto que ele tem, da importância condicionadora, limitadora, restritiva que ele tem.

Por fim, meu último livro, *Mudar a cidade*, é um trabalho do qual eu gosto muitíssimo, porque eu acho que consegui, não sei - os leitores é que vão julgar, todo autor é muito suspeito para fazer uma avaliação in situ do seu próprio trabalho, a gente por mais que tente ter um distanciamento crítico isso é muito difícil -, mas eu acho que consegui me expressar com clareza e a respeito de alguns assuntos controversos. *Mudar a cidade* é, ao mesmo tempo, um grande “manual”, útil para estudantes de graduação dos últimos períodos e estudantes de pós-graduação e profissionais interessados em políticas públicas voltadas para o urbano e em instrumentos e mecanismos de gestão e planejamento; no entanto, é um manual muito pouco convencional, inclusive por não se limitar a abordar temas controversos e complexos. Parece até

brincadeira, parece piada, pois são 560 páginas, mas creio que consegui, nesse livro, me expressar com um grande poder de síntese, sem sacrificar a sutileza que assuntos complexos e polêmicos como o do papel e das potencialidades do planejamento exigem (onde eu, inclusive, insisto em dizer que não se trata de reduzir o planejamento ao planejamento levado a efeito pelo Estado). É um livro onde eu creio que consegui apontar algumas possibilidades rumo à necessária passagem da “crítica do planejamento” para um “planejamento crítico”; para uma outra forma de a gente pensar o próprio planejamento, pensar a gestão da cidade, e de pensar as políticas públicas, pensar estratégias, pensar geoestratégias. A reforma agrária é uma geoestratégia, a reforma urbana é uma geoestratégia; e a reforma urbana não é outra coisa, senão, planejamento, só que, obviamente, pensado a partir de premissas e de uma maneira muito diferentes do planejamento convencional, tecnocrático, conservador.

Sílvia Regina Pereira: Diante do fracasso do planejamento convencional, destacado no seu livro *Mudar a cidade*, quais seriam as alternativas para que o planejamento possa ser colocado, efetivamente, em prol da justiça social e da melhoria da qualidade de vida da maioria da população?

Marcelo Lopes de Souza: Eu acho que é importante também a gente qualificar um pouco esse fracasso do planejamento convencional. O planejamento conservador, muitas vezes, fracassou à luz dos seus próprios objetivos, e, muitas vezes, obteve sucesso à luz dos seus objetivos, que não são, pelo que eu vejo, nem os meus, nem os de vocês três. Agora, não em termos, assim, de fracasso dele, mas, digamos, exatamente, naqueles pontos ou naquelas situações onde ele obteve um “sucesso”, por exemplo, ao promover segregação residencial, como é que a gente pode construir alternativas? Eu acho que a gente está num país onde, apesar de muitas dificuldades, e apesar de os bons exemplos serem poucos em termos absolutos no contexto de um país com cinco mil

seiscentos e tantos municípios, mas de qualquer maneira, existem vários exemplos estimulantes por aí. Talvez o orçamento participativo de Porto Alegre seja o melhor deles. É um exemplo de que coisas bastante positivas podem ser alcançadas mesmo no interior de uma ordem social heterônoma, desde que uma constelação de forças favorável se instale, permitindo oferecer uma margem de manobra - que não é enorme, mas que também não é inexistente - para intervenções construtivas na escala local, e isso para você promover não só avanços materiais, mas aquilo que, eu sempre insisto, porque para mim sem isso a coisa fica muito descontextualizada, avanços *político-pedagógicos* que ajudem a preparar um terreno para coisas mais ambiciosas no longo prazo. Isso, claro, sem sugerir que mesmo uma experiência consistente como a de Porto Alegre deva ter sua importância exagerada; afinal, a moldura econômica e política geral continua sendo a de uma sociedade injusta, heterônoma, marcada por uma “violência estrutural” sob a forma de exploração e opressão. E, diante disso, o que se pode conseguir na escala local é bem pouco. O que não quer dizer que seja irrelevante, ou que não possa contribuir, dialeticamente, para acumular forças! É preciso abandonar uma posição essencialista do tipo “ou tudo ou nada”, ou então “tudo o que não contribui, imediata e diretamente, para a ‘revolução’, deve ser condenado como reformismo inconseqüente e manobra diversionista”. É preciso entender que o processo histórico é complexo, e que o importante - isso sim! - é não perder de vista, jamais, um *horizonte utópico*, o qual dá sentido às pequenas grandes lutas do curto e do médio prazo. Por outro lado, o horizonte utópico não basta, caso contrário caímos no livresquismo, na retórica autocomplacente; é preciso pensar em termos operacionais, técnicos, instrumentais. Não há estratégia bem sucedida sem táticas vitoriosas. O que cumpre é reestruturar, reciclar e revolucionar o saber técnico - por exemplo, sobre planejamento, gestão e políticas públicas - e colocá-lo ao alcance (intelectual e político) dos protagonistas, dos atores sociais, dos possíveis sujeitos históricos da transformação da cidade e da sociedade. Superestimar o saber técnico é ilusão tecnocrática, é auto-engano que trai um viés conservador, mas negar ou subestimar a importância do saber técnico-científico é

obscurantismo, em última análise, *reacionário*, porque tende a reforçar o imobilismo.

Enfim, ainda sobre exemplos, eu acho que o ideário da reforma urbana que vem se construindo no Brasil, apesar de vários altos e baixos, não deixa de ser um farol, de ser um caminho, de indicar possibilidades. É preciso, constantemente, atualizar e enriquecer esse ideário e, principalmente, repensar a possibilidade da eficácia da própria reforma urbana, que é uma bandeira ainda muito pouco conhecida da população brasileira. Além do mais, é preciso saber pensar a dimensão técnica da reforma urbana (instrumentos de planejamento, mecanismos e esquemas de gestão etc.) sem nunca esquecer que essas “tecnicidades” só fazem sentido, sob um ângulo crítico, dentro de um contexto político (em sentido amplo) favorável à mudança e comprometido com a mudança; planos e instrumentos, por si sós, de muito pouco valem, e os melhores esquemas, sem forças políticas que lhes dêem real sustentação e que monitorem sua implementação e seu aprimoramento, não passarão de esquemas de cooptação e demagogia “participativa”. De toda maneira, eu acho que isso é um exemplo muito importante. Não é só a discussão de um ou outro instrumento que importa, mas é de todo um contexto em termos de estratégia de transformação que dá, inclusive, coerência ao uso de determinados instrumentos, de determinadas propostas. Algo que vem se desenvolvendo há mais de dez anos, de maneira mais ou menos paralela à reforma urbana - porque, na verdade, até hoje, inclusive, é pensada e praticada como alguma coisa que corre paralelamente às experiências de planejamento urbano alternativo e tentativas de implementação da reforma urbana -, são as estratégias mais consistentes em matéria de implementação de orçamentos participativos. E aí Porto Alegre se destaca, conforme eu já tinha dito, ao longo da década de 90, e até hoje. Só que os autores que estão estudando e pensando os orçamentos participativos, que estão analisando a experiência de Porto Alegre, de um modo geral, não são os mesmos autores que historicamente têm discutido instrumentos de planejamento alternativos e que têm discutido a reforma urbana. Essa articulação da reflexão sobre a gestão

orçamentária e a reflexão sobre o planejamento crítico, e particularmente, a reforma urbana, é uma coisa extremamente necessária e que precisa ser fortalecida.

Sílvia Regina Pereira: De acordo com o seu comentário, no campo do planejamento e gestão urbanos, o Brasil não tem só a aprender mas também algo para ensinar... Poderia citar algumas experiências que ilustrem esse fato?

Marcelo Lopes de Souza: O que me parece claro é o seguinte: não é que determinados instrumentos de planejamento tenham sido inventados aqui ou que sejam novos. A expressão “novos instrumentos de planejamento” foi uma expressão muito em voga nos anos 90, mas maioria dos instrumentos de planejamento que foram associados ao campo do planejamento progressista não tem nada de novo. Por exemplo, a contribuição de melhoria, que é um tributo que quase nunca foi aplicado no Brasil, exatamente porque, muitas vezes se exagera a dificuldade “técnica” de se calcular o tributo. Na verdade é um problema político, principalmente, político e gerencial. É um tributo muito antigo, está previsto na legislação brasileira desde a década de 30! O “solo criado” também não é um instrumento novo. Houve experiências importantes na França e na Itália na década de 70. No Brasil, ele também já era conhecido desde os anos 70. E assim é com a maioria dos outros instrumentos. Agora, a Reforma Urbana, enquanto uma geoestratégia diferente, que procura, a partir de uma visão crítica da sociedade atual, injusta, heterônoma, oferecer caminhos para a construção de cidades mais justas, e que se serve de instrumentos os mais diferentes para tentar alcançar os seus objetivos: nisso o Brasil tem dado uma contribuição significativa, dos anos 80 para cá. Quando você olha, por exemplo, para o exterior - Europa, Estados Unidos -, os exemplos de planejamento alternativo, do meu ponto de vista, na maioria dos casos, são muito fracos, em matéria de pensamento social crítico, de contribuição para a construção de uma ordem social mais justa. O “planejamento comunitário”, ou “colaborativo”, que é uma corrente da moda no mundo

anglo-saxônico há alguns anos, a qual eu discuto bastante e da qual faço uma análise crítica num capítulo pequeno do *Mudar a Cidade*, para mim tem limitações enormes e evidentes, é uma coisa muito aguada. O tal do “desenvolvimento urbano sustentável”, que reproduz aplicadas ao espaço urbano todas as ambigüidades do “desenvolvimento sustentável” - que é, no fundo, uma versão aguada do ecodesenvolvimento dos anos 70. De maneira que o Brasil, nesse sentido, não tem se contentado só em importar idéias. O ideário da reforma urbana e os orçamentos participativos mostram isso. A gente sempre criticou a questão da importação de idéias, da submissão intelectual acrítica perante a ciência produzida nos países centrais, mas o Brasil não tem sido só um importador, coisas relevantes têm sido geradas também aqui. O orçamento participativo de Porto Alegre, particularmente, tem sido elogiado por intelectuais críticos, inclusive, por exemplo, por um David Harvey. No último livro do Harvey, *Espaços da Esperança*, que ainda não foi traduzido para o português, em duas passagens desse livro ele tece rasgados elogios ao orçamento participativo de Porto Alegre. O mesmo Harvey que, duas décadas antes, tinha uma visão um tanto simplista ou reducionista de que “o planejamento está a serviço do capital” e ponto. Uma situação como aquela de Porto Alegre oferece uma margem de manobra para que você faça várias coisas, e Harvey não se furta a pagar tributo a essa experiência, inclusive sugerindo que os EUA poderiam aprender com ela! O próprio Cornelius Castoriadis, um intelectual crítico radical, que visitou Porto Alegre - acho que em 1992 -, ficou extremamente entusiasmado com o que ele viu nas plenárias do orçamento participativo. Enfim, não é à toa que a experiência do orçamento participativo de Porto Alegre tem sido acompanhada com muito interesse, dentro e fora do país. Não só por planejadores urbanos alternativos, mas por grande parte do que resta da esquerda mundial. É claro que você pode encontrar exageros com relação a isso e, às vezes, também uma falta de crítica. Várias coisas, na experiência de Porto Alegre, merecem aperfeiçoamentos ou mereceriam algumas críticas, especialmente nos últimos anos, quando eu venho percebendo um certo risco ou uma certa tendência ao acomodamento, uma certa perda de

fôlego criativo, ou mesmo uma certa burocratização. Enfim, de qualquer maneira, é uma experiência extremamente importante e ela contribui para o Brasil tornar-se uma referência na imprensa internacional para algo mais do que violência urbana, meninos de rua etc.

Sílvia Regina Pereira: Sobre a reforma urbana, agora. Qual é o seu “ideário”, para usar a expressão que você tem usado no decorrer da entrevista? E quais são as suas perspectivas e os seus limites?

Murcelo Lopes de Souza: É muito difícil resumir o ideário da reforma urbana, pois a própria construção dele, a construção histórica dele tem sido muito complexa. Agora, eu diria talvez que a sua essência seja dada pelo seguinte tripé: combater a especulação imobiliária (isso parece um objetivo específico, mais ele tem um alcance muito grande, uma importância muito grande nas nossas cidades); contribuir, mediante um redirecionamento dos investimentos públicos, para uma redução significativa das disparidades sócio-espaciais no interior das cidades, em termos de infra-estrutura técnica e social, e, dessa maneira, contribuir para se reduzir a própria segregação residencial; e um terceiro elemento, que na verdade dá sentido a todo o resto, que é a democratização, o mais radical possível, do planejamento e da gestão, quer dizer, tirar o planejamento e a gestão do seu pedestal e efetivamente torna-los mais transparentes e efetivamente abertos à possibilidade de controle por parte de toda a sociedade. Claro que colocar dessa forma, isso quase que nos ingênuo, mas, é possível avançar tremendamente, até mesmo em um marco de uma sociedade capitalista e heterônoma como a nossa. É possível fazer muita coisa e, à medida que a gente aproveita essa margem de manobra, isso ajuda a preparar o terreno para outras coisas e outras transformações mais ambiciosas, necessariamente atinentes a outras escalas, como a nacional.

Com relação aos limites e às perspectivas da reforma urbana, eu não vou me arriscar, aqui, a tentar prever o futuro. Há, de toda maneira, uma necessidade de a gente, constantemente, repensar,

atualizar a agenda das coisas que a gente está discutindo, das nossas estratégias. No caso da reforma urbana, eu acho que uma questão que tem sido totalmente negligenciada é a do racismo; ela tem que ser incorporada de uma maneira clara e forte, a gente tem que expandir os horizontes de diagnóstico e proposição, ultrapassando a superênfase na questão da exploração de classe, que trai um certo economicismo típico do materialismo histórico, para incorporar outras questões, as quais têm sido vistas, pela maior parte da esquerda marxista, como menores ou secundárias, dentro do estilo “uma vez eliminada a exploração de classe cairão, menos ou mais automaticamente, também as outras formas de opressão”. Eu destacaria, portanto, entre outras lacunas nas avaliações e nos escritos sobre a reforma urbana, nos últimos quinze ou vinte anos, entre outras, a questão do racismo. Aquilo que eu tenho chamado de problemática da fragmentação do tecido sócio-político espacial da cidade, e como esse fenômeno, uma vez instalado, restringe a margem de manobra para um planejamento – de certa maneira, para qualquer planejamento coerente, mas principalmente para um planejamento que se propõe a ser seriamente participativo, um planejamento progressista –, na medida em que você tem uma situação extremamente restritiva exatamente nos espaços segregados, controlados por traficantes de drogas de varejo, em termos da possibilidade de uma manifestação autêntica e de uma organização minimamente livre e espontânea da população local, para lutar por seus direitos. O Rio de Janeiro é, talvez, o “melhor” exemplo no que se refere a uma intimidação e perseguição de líderes de associações de moradores em favelas. Isso tudo - racismo, fragmentação do tecido sociopolítico-espacial - são aspectos que têm ser incorporados pela agenda da reforma urbana, e que têm sido muito negligenciados.

Sílvia Regina Pereira: Lhe peço, agora, para expandir, se possível, essa sua análise a propósito das lacunas da nossa produção intelectual. No caso específico da Geografia, que questões você considera relevantes na realidade brasileira atual e que não estão sendo contempladas pelos geógrafos?

Marcelo Lopes de Souza: A Geografia brasileira, ao mesmo tempo em que ela é, no contexto do chamado Terceiro Mundo, provavelmente, a mais ativa, a mais rica, a mais dinâmica - a produção dela, algumas vezes, e em alguns sentidos, não fica a dever à produção de boa qualidade que a gente vê em países do Primeiro Mundo -, por outro lado, a gente emburra em problemas muito sérios aqui. As dificuldades para se realizar pesquisas, dificuldades de vários tipos, e se a gente for pensar direitinho, a gente vai ver que nós somos poucos, nos somos muito poucos. Quantas pesquisas fazem, verdadeiramente, pesquisa em Geografia Humana no Brasil? E o Brasil, por outro lado, é um país extremamente complexo: como é que a gente poderia dar conta, se a gente for ver o que é relevante, de uma agenda de questões para tentar dar conta da realidade brasileira? Eu acredito que a gente não teria fôlego para isso, para cobrir tudo o que é importante. Mas, eu acho que a gente deve, de qualquer maneira, tentar tentar para o seguinte: é possível, talvez, dar mais atenção para algumas coisas que poderiam receber mais atenção e não vêm recebendo. Eu não quero ficar aqui citando exemplos, mas, às vezes, eu me preocupo um pouco com a ênfase ou a concentração exagerada sobre determinados temas, que viram temas da moda, e que eu me pergunto sobre a real utilidade de uma preocupação tão grande com certos assuntos ou assuntos. Não que eles não devam ser tratados, mas será que são tão relevantes assim? Será que merecem essa atenção toda, enquanto que a gente tem algumas questões, alguns temas que precisam ser aprofundados, e que são, possivelmente, mais prioritários, à luz da realidade sócio-espacial brasileira? Essa questão complexa da fragmentação do tecido sócio-político espacial da cidade, onde se incluem os processos de formação de enclaves territoriais ilegais e a auto-segregação, foi relativamente pouco estudada. A auto-segregação que recebeu uma certa atenção, desde os anos 80, mas a formação de enclaves territoriais ilegais e tudo o que essas coisas juntas, nos marcos da conhecida fragmentação, representam para os destinos do espaço público em nossas cidades, bem, isso, quase não tem sido estudado por geógrafos; pelo que os meus trabalhos, infelizmente, continuam sendo exceções

nesse sentido. Eu acho que isso tem que receber a nossa atenção, se quisermos continuar entendendo direito o que se passa em nossas cidades, especialmente nas grandes cidades, e se quisermos ter alguma chance de contribuir propondo estratégias de superação dos problemas. Essa minha insistência em refletir criticamente sobre o planejamento urbano - e refletir criticamente sobre o planejamento urbano não só pra fazer a crítica do planejamento urbano, mas tentar pensar as possibilidades de um planejamento urbano crítico - tem a ver com a percepção de que essa é uma tarefa que tem sido tremendamente negligenciada pela Geografia Urbana brasileira. Negligenciada, inclusive, de maneira deliberada, pois tem a ver, em grande parte, com uma série de preconceitos simplistas com relação à natureza e ao alcance do planejamento urbano, assim como sobre as possibilidades de se intervir na realidade para se promover maior justiça social. Na verdade, é uma visão extremamente reducionista, eu diria até um pouco pueril e panfletária com relação ao que seja o planejamento urbano - e ela se mantém mesmo num momento em que, por exemplo, David Harvey está olhando para Porto Alegre e está reconhecendo (quase que de certa maneira, implicitamente, fazendo um pouco uma autocrítica) e reconhecendo a importância de se dar atenção a isso. Afinal, o que é o orçamento participativo de Porto Alegre senão gestão urbana, com uma certa dimensão de planejamento urbano? E o que é a reforma urbana, senão um planejamento urbano crítico? Não é à toa, talvez, que a Geografia Urbana brasileira tenha dado uma contribuição tão pífia à construção do ideário da reforma urbana, sobretudo no que se refere à discussão instrumental e propositiva mais operacional. Esses são alguns exemplos de questões que tem sido negligenciadas e que merecem, sem dúvida alguma, receber uma atenção maior. A questão do racismo por exemplo; o que a Geografia Urbana brasileira tem produzido sobre a questão do racismo e sua espacialidade? Eu não estou falando só na sua vinculação com o planejamento urbano, como eu havia mencionado antes, mas em geral. Muito, muitíssimo pouco para um país onde essa questão é extremamente importante.

Sílvia Regina Pereira: Que análise você faz sobre o embate criado entre os dados publicados pelo IBGE referentes ao grau de urbanização brasileira (mais de 80%) e a contestação feita por alguns profissionais, afirmando que o Brasil é menos urbano do que se imagina? Que implicações decorrem dessa discussão para as políticas de desenvolvimento?

Marcelo Lopes de Souza: Independentemente de um levantamento mais rigoroso, quem faz trabalho de campo, quem conhece minimamente o Brasil, sabe que os mais de 80% indicados pelo Censo 2000 não correspondem exatamente à realidade. Porque se tem cinco mil seiscientos e tantos municípios no Brasil, mais ou menos mil e quatrocentos têm mais de vinte mil habitantes, ou seja, a grande maioria tem menos de vinte mil habitantes; e, com a mais absoluta certeza, uma parte - não saberia dizer agora quanto, mas uma parte desses municípios com menos de vinte mil habitantes têm características rurais. A gente usa no Brasil um critério funcional pra identificar o que é urbano, cidade e vila - cidade sendo sede de município, vila sede de distrito. Você tem vilas com cem, duzentos habitantes, e aquilo é considerado espaço urbano. Na verdade, aquilo é um povoado, de um ponto de vista conceitualmente minimamente exigente sobre o que seja um espaço urbano. Agora, independentemente disso, o que importa é o seguinte: sem dúvida alguma o Brasil - assim como outros países do Terceiro Mundo e assim como o mundo de um modo geral - está se urbanizando, e se urbanizando muito rapidamente. Que não sejam 81%, que sejam 75%, sejam 70%, não importa, o Brasil é um país que se urbaniza e se urbaniza rapidamente, o que significa que saber pensar os problemas urbanos, os conflitos urbanos e possíveis estratégias de superação de problemas, que não sejam só estratégias locais, mas que levem em conta os fatores e as possibilidades nas outras escalas - na escala nacional, principalmente -, é uma tarefa muito importante. Eu acho que estamos diante, pelo menos em parte, de uma disputa para ver o que é mais importante e chamar mais atenção para o seu próprio objeto de estudo ou seu próprio foco de interesse. Da minha parte, ao chamar a atenção para a centralidade do urbano, não estou,

em absoluto, querendo sugerir que o rural não é importante, que a questão do campo não é importante; inclusive porque, sem superar a problemática sócio-espacial no campo, não se alcançará, jamais, uma situação satisfatória nas cidades, já que a problemática no campo e os problemas urbanos estão conectados, e tampouco se logrará conquistar avanços significativos na escala nacional. A luta por direitos, ela se dá de uma maneira diferente no campo em comparação com a cidade, até porque a importância da terra, do solo enquanto meio de produção se apresenta, no campo, de uma maneira que é muito diferente de como ela se dá na cidade, para o trabalhador assalariado urbano, onde via de regra, para ele, o solo é, na verdade, uma condição da reprodução da sua própria força de trabalho, mas não um meio de produção. Embora a gente saiba que, no setor informal, que é enorme, muitas pessoas recorram a trabalhos domésticos, o que significa que o espaço da moradia acaba tendo uma dimensão de meio de produção como forma de complementar a renda doméstica, isso sem falar no setor informal na rua, no trabalho ambulante, que significa que o pobre urbano “toma posse”, informal e efemeramente, de uma parte do espaço público, usando-o como suporte para a sua atividade econômica. Cidade e campo precisam ter não só suas problemáticas, mas, para usar aquela palavrinha simpática do [jogador de futebol] Dadá Maravilha, também as suas “solucionáticas” articuladas; é preciso pensar articuladamente as estratégias de desenvolvimento sócio-espacial para o campo e para a cidade. Por exemplo, uma coisa interessante é a gente considerar que, embora os planos diretores sejam municipais, via de regra só se fala no urbano; por exemplo, questões ligadas à agricultura periurbana, toda aquela parcela do município que não é a cidade, às vezes nem consta do plano, embora o plano diretor seja municipal, quer dizer, no fundo é um plano local, e não só voltado para a sede municipal. Claro que a cidade comanda, a cidade dá o tom e, a partir da cidade, você pensa a escala local e nela intervém, mas você tem que contemplar uma série de outras coisas também. Assim como é fundamental você pensar em termos de estratégias ou de amplas reformas estruturais para você conseguir

avanços na escala nacional. Você tem que pensar de maneira articulada a reforma urbana e a reforma agrária, pois elas são complementares.

Sílvia Regina Pereira: Gostaria que você tecesse algumas considerações finais acerca do tema do planejamento e da gestão urbanos, para entendermos e buscarmos alternativas e ações para realmente se mudar a cidade...

Marcelo Lopes de Souza: Antes de mais nada, agradeço a vocês pela atenção que me deram com essa entrevista. Com relação a essa sua última pergunta, ela retoma na verdade muito do que eu falei antes, e eu não iria conseguir ter nenhum rigor se eu tentasse dar uma resposta para essa questão, que é tão ampla. Consegui avançar um pouquinho com relação a isso, exatamente no meu livro *Mudar a cidade*, e aí, portanto, se vocês me permitem, eu termino com uma propaganda: eu acho que é um trabalho, onde as pessoas que têm interesse por esse tipo de discussão podem encontrar várias coisas interessantes e úteis. Como mensagem final, deixo o seguinte apelo: o geógrafo urbano brasileiro precisa saber ir além do diagnóstico, da denúncia do que está errado, da constatação da existência de problemas, para propor soluções. Não que ele vá ser o “inventor” de soluções prontinhas e acabadas; as soluções para os problemas sociais, ou não de ser soluções encontradas, negociadas e implementadas coletivamente, ou serão, via de regra, antes parte do problema (isto é, intervenções autoritárias e impositivas) do que, propriamente, da solução. Mas o intelectual crítico, o cientista responsável que não discutir propositivamente, para ajudar a balizar e referenciar um debate público, estará se furtando a desempenhar um papel que a sociedade, no fundo, espera que ele a universidade (especialmente a universidade pública!) exerçam. Ele estará sendo, se não lutar a desempenhar esse papel, livresco e, ao frir dos ovos, conservador e elitista, ainda que se justifique com uma retórica de esquerda e pseudo-revolucionária, do tipo “o que cabe fazer é desejar a revolução, e não ficar lidando com soluções parciais”. É claro que, se não dispusermos de um horizonte crítico amplo, iremos andar às cegas,

e nos deixaremos cooptar e seduzir pela mediocridade e pela pouca ambição. No entanto, se soubermos articular direito estrutura e conjuntura, estratégia e tática, longo prazo e curto prazo, poderemos ser, ao mesmo tempo, operacionais, ou pragmáticos, e radicais. No fundo, as políticas públicas, o planejamento e a gestão das cidades são aquilo que deles fazemos ou deles conseguimos fazer; nem mais, nem menos. A educação, em uma sociedade injusta, heterônoma, é, majoritariamente, conservadora; e nem por isso alguém sugeriria que “a educação”, em si, é conservadora – basta lembrar de que coisas como o método Paulo Freire também existem e podem existir! Vamos, portanto, nos preparar não só para fazer críticas inteligentes e não-panfletárias ao planejamento e às políticas públicas conservadoras mas, também, nos preparar para discutir alternativas - em várias escalas espaciais e temporais.

ARTIGOS